



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

**CONTRATO SUDENE Nº 06/2016**  
Processo nº 59335.000167/2016-15  
Pregão Eletrônico nº 06/2016

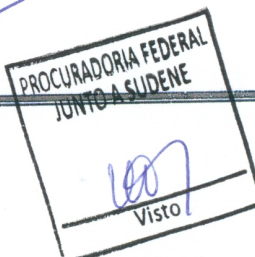
**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO  
NORDESTE – SUDENE E A DF TURISMO E  
REPRESENTAÇÕES LTDA. – ME, NA FORMA  
ABAIXO INDICADA.**

A **SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – SUDENE**, autarquia federal, com sede na Praça Ministro João Gonçalves de Souza, s/n, Edifício Sudene, Engenho do Meio, CEP 50.670-500. Recife/PE, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 09.263.130/0001-91, neste ato representada pelo seu Superintendente, o Sr. **MARCELO JOSÉ ALMEIDA DAS NEVES**, nomeado por Decreto de 08 de julho de 2016, publicado no *DOU* de 11 de julho de 2016, inscrito(a) no CPF nº 667.106.345-15, portador(a) da Carteira de Identidade nº 0382007409 SSP/BA, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a **DF TURISMO E REPRESENTAÇÕES LTDA.- ME**, CNPJ nº 07.832.586/0001-08, estabelecida na SRTVS Q. 701, Conjunto L, Bloco 2, nº 30, Sobreloja 14/15/16, Ed. Assis Chateaubriand, Asa Sul, Brasília/DF, neste ato representada por seu sócio **HUGNEY SILVA VELOZO**, C.P.F. nº 666.612.691-20 e C.I. nº 1.361.002 – SSP/DF, residente e domiciliado na cidade de Brasília-DF, doravante denominada apenas **Contratada**, tendo em vista o que consta no Processo nº 59335.000167/2016-15 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997 e da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 06/2016, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de organização de eventos e correlatos, a serem realizados pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene, sob demanda, em seus Estados de abrangência, quais sejam: os Estados do Nordeste, os Municípios do Norte de Minas Gerais, dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri e do Norte do Espírito Santo, contemplando planejamento operacional, organização, execução, montagem de infraestrutura, fornecimento de bens e apoio logístico, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.



## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 12 (doze) meses, a contar da assinatura deste Termo de Contrato.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor total da contratação é de R\$ 870.600,00 (oitocentos e setenta mil e seiscentos reais)

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

## 4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da Sudene, para o exercício de 2016, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 53203 / 533014

Fonte: 0250532030

Programa de Trabalho: 04122211120000001

Elemento de Despesa: 339039

PI: SDNADMA0001

## 5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE no prazo de 10 (dez) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento dos serviços executados e os materiais empregados, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

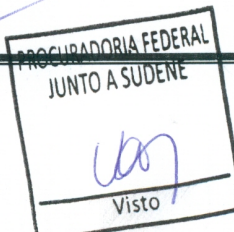
5.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

5.3. A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer no prazo de 10 (dez) dias, contado da data final do período de adimplimento da parcela da contratação a que aquela se referir.

5.4. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados e aos materiais empregados.

5.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

5.6. Nos termos do artigo 36, § 6º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:



5.6.1. não produziu os resultados acordados;

5.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

5.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

5.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.8. Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

5.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

5.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.11. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

5.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

5.13. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE, não será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente no SICAF.

5.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.14.1. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.15. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

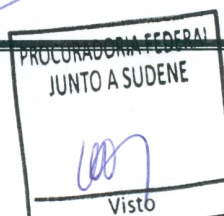
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%



## 6. CLÁUSULA SEXTA – INEXISTÊNCIA DE REAJUSTE

6.1. O preço é fixo e irredutível.

## 7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. A CONTRATADA prestará garantia no valor de R\$ 26.118,00 (vinte e seis mil, cento e dezoito reais), correspondente a 3% (três por cento) de seu valor total, no prazo de 10 (dez) dias, contados da assinatura deste Termo Contratual.

## 8. CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

## 9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

### 9.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- 9.1.1. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis ao bom cumprimento das obrigações contratuais;
- 9.1.2. Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado neste instrumento; e
- 9.1.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

### 9.2. São obrigações da CONTRATADA:

- 9.2.1. Enviar, na execução do objeto do presente Termo de Contrato, todo o empenho e a dedicação necessários ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe são confiados;
- 9.2.2. Operar como uma organização completa, fornecendo todos os instrumentos e mão-de-obra necessários à execução dos serviços contratados, sem nenhum ônus adicional à Sudene;
- 9.2.3. Planejar, coordenar e desenvolver todas as atividades relacionadas ao evento;
- 9.2.4. Participar das reuniões preparatórias;
- 9.2.5. Selecionar e treinar a equipe de trabalho;
- 9.2.6. Apresentar propostas para decoração e apoiar a montagem da mesma;
- 9.2.7. Apresentar, para aprovação, folder de divulgação do evento;
- 9.2.8. Coordenar os serviços de alimentação, apresentando cardápios para aprovação;
- 9.2.9. Verificar as instalações necessárias ao bom funcionamento do evento;
- 9.2.10. Supervisionar os serviços de montagem e teste de equipamentos;
- 9.2.11. Agendar e coordenar as visitas constantes da programação;
- 9.2.12. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas seus empregados e prepostos, nos locais onde estejam prestando os serviços objeto desta licitação, devendo adotar as providências que, a respeito, exigir a legislação em vigor;
- 9.2.13. Solucionar todos os eventuais problemas pertinentes ou relacionados com a execução dos serviços objeto da licitação, mesmo que para isso outra solução não

prevista neste tenha que ser apresentada, para aprovação e implementação, sem ônus adicionais para a Sudene;

9.2.14. Recrutar e contratar, em seu nome e sob sua responsabilidade, a mão-de-obra necessária à execução dos serviços contratados, sem qualquer solidariedade da Sudene, cabendo-lhe efetuar todos os pagamentos, inclusive os relativos aos encargos previstos na legislação trabalhista, previdenciária e fiscal;

9.2.15. Comprovar, a qualquer momento, o pagamento dos tributos que incidirem sobre a execução dos serviços prestados;

9.2.16. Pagar pontualmente aos seus fornecedores, o valor dos recursos materiais e serviços disponibilizados no evento, ficando estabelecido que a Sudene não responde solidária ou subsidiariamente por esses pagamentos, que são de única e inteira responsabilidade da licitada;

9.2.17. Providenciar, sem custos extras e sob sua total responsabilidade, o transporte para o local do evento de todos os materiais solicitados pela Sudene, incluindo a montagem, desmontagem e instalação dos mesmos, quando for o caso;

9.2.18. Administrar e executar todos os contratos, tácitos ou expressos, firmados com terceiros, bem como responder por todos os efeitos desses contratos perante terceiros e a Sudene;

9.2.19. Responsabilizar-se por todas as despesas com impostos, seguros, taxas, tributos, incidências fiscais e contribuições de qualquer natureza ou espécie, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, salários e quaisquer outros encargos necessários à perfeita execução do objeto desta licitação;

9.2.20. Cumprir a legislação trabalhista com relação a seus funcionários, e quando for o caso, com relação a funcionários de terceiros contratados;

9.2.21. Responsabilizar-se por recolhimentos indevidos ou pela omissão total ou parcial nos recolhimentos de tributos que incidam ou venham a incidir sobre os serviços contratados;

9.2.22. Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e/ou contratados, bem como obrigar-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas com o cumprimento do presente contrato;

9.2.23. Cumprir, fielmente as obrigações assumidas, de modo a que os serviços contratados se realizem com esmero e perfeição, executando-os sob sua inteira responsabilidade;

9.2.24. Manter, durante a vigência do Contrato, todas as condições de habilitação;

9.2.25. Executar os serviços contratados observando as normas adotadas pela CONTRATANTE, quando prévia e expressamente formalizadas à CONTRATADA;

9.2.26. Zelar para que seus prepostos envolvidos na prestação dos serviços contratados se apresentem com pontualidade, convenientemente trajados e devidamente identificados;

9.2.27. Executar os serviços ao nível de interesse da CONTRATANTE;

9.2.28. Ter responsabilidade técnica pelos serviços realizados;

9.2.29. Responsabilizar-se pela prestação dos serviços, independentemente da ação ou omissão da fiscalização;

9.2.30. Devolver à CONTRATANTE o material didático e de consumo não utilizado no evento;

9.2.31. Manter preposto nos locais onde serão executados os serviços, devidamente munidos de telefone celular e rádio, sem que isso represente ônus para a Sudene;

9.2.32. Manter, durante a vigência do Contrato, um preposto que deverá ter experiência comprovada em coordenação e organização de eventos, devendo apresentar-se a Sudene em até cinco dias após a assinatura do contrato e devendo permanecer o mesmo até o encerramento do mesmo; e

9.2.33. Responsabilizar-se pelos danos causados à Sudene ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pela Sudene.

#### 10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

10.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

10.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

10.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

10.1.3. fraudar na execução do contrato;

10.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

10.1.5. cometer fraude fiscal;

10.1.6. não manter a proposta.

10.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

10.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

10.2.2. multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

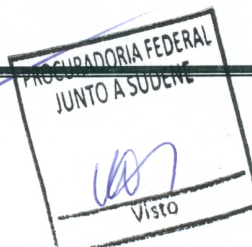
10.2.2.1. em se tratando de inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia, ainda que seja para reforço, aplicar-se-á multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento), de modo que o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração contratante a promover a rescisão do contrato;

10.2.2.2. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

10.2.3. multa compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

10.2.3.1. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

10.2.4. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;



10.2.5. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

10.2.6. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

10.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

10.3.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.3.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.3.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

10.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.

10.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA:

12.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

12.1.2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

## 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.



13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

#### 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

#### 16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de Pernambuco, Subseção Judiciária de Recife – Justiça Federal.


Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.


Recife, 20 de setembro de 2016

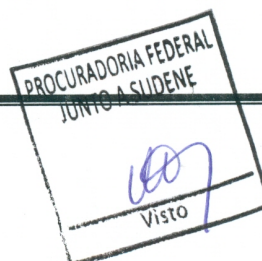
  
**MARCELO JOSÉ ALMEIDA DAS NEVES**  
Superintendente da Sudene

  
**HUGNEY SILVA VELOZO**  
Representante da CONTRATADA

#### TESTEMUNHAS:

  
Nome: Mariza Fontaine Costa  
CPF: 331.554.964- 87

  
Nome: Camila Leandro de Souza  
CPF: 080.448.654-97





8.666/1993, art. 87, inciso II. DATA DE ASSINATURA: 02 de agosto de 2016.

REYNALDO ABEN-ATHAR  
Diretor do Departamento de Gestão Interna  
Substituto

## COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO TERMO DE COMPROMISSO

PROCESSO Nº 59500.001099/2011-30  
ESPÉCIE: 5º Termo Aditivo ao Termo de Compromisso nº 0.010.00/2011.

CONTRATADO: GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, COM INTERVENIÊNCIA DA COMPANHIA DE ENGENHARIA HÍDRICA E DE SANEAMENTO DA BAHIA - CERB. OBJETO: Aditar o Termo de Compromisso nº 0.010.00/2011, para prorrogar o prazo de vigência, adequar as planilhas orçamentárias utilizar os recursos dos rendimentos financeiros, aprovar o novo plano de trabalho e ratifica as demais cláusulas e condições. DO PRAZO DE VIGÊNCIA: Fica, por este instrumento, prorrogado o prazo de vigência por 90 (noventa) dias, passando o seu vencimento de 30/09/2016 para 29/12/2016. DA RATIFICAÇÃO: Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do Termo de Compromisso, que não colidam com as deste instrumento. DATA: 29.09.2016

### 1ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

#### EXTRATO DE CONTRATO

Processo nº 59510.000438/2016-56  
ESPÉCIE: Contrato nº 1.128.00/2016, firmado entre a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF, CNPJ nº 00.399.857/0001-26 e a ALFA CONSTRUÇÃO E SANEAMENTO LTDA, CNPJ nº 04.672.927/0001-29. OBJETO: Execução das obras visando a pavimentação em nível de revestimento primário em via rural do município de Ubaí, no trecho compreendido entre o povoado de São Judas e a rodovia MG-202, que liga Ubaí a São Romão, no total de 60.000,00 m², na área de atuação da 1ª Superintendência Regional da CODEVASF no estado de Minas Gerais. VALOR: R\$ 179.901,39 (cento e setenta e nove mil, novecentos e um reais e trinta e nove centavos). PRAZO: 315 (trezentos e quinze) dias corridos, contados a partir da data registrada na Ordem de Serviço emitida pela CODEVASF. DATA DA ASSINATURA: 29/09/2016. SIGNATÁRIOS: Pela CODEVASF, o Sr. Superintendente Regional da 1ª SR Aldimar Rodrigues Filho, CPF nº 038.479.916-71, e pela contratada o Sr. Alair Prado Brito, CPF nº 064.144.446-00.

#### EXTRATO DE DOAÇÃO

Processo nº 59510.000885/2016-13  
ESPÉCIE: Termo de Doação nº 1.143.00/2016, firmado entre a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF, CNPJ nº 00.399.857/0001-26 e a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO QUILOMBINHO E ADJACÊNCIAS, CNPJ nº 07.728.257/0001-03. OBJETO: Doação de equipamentos e materiais para abastecimento de água. VALOR: R\$ 7.562,72 (sete mil, quinhentos e sessenta e dois reais e setenta e dois centavos). DATA DA ASSINATURA: 23/09/2016. SIGNATÁRIOS: Pela CODEVASF, o Sr. Superintendente Regional da 1ª SR Aldimar Rodrigues Filho, CPF nº 038.479.916-71, e pela beneficiária a Srª. Luíza de Jesus Cardoso Veloso, CPF nº 367.370.706-04.

### 8ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL SECRETARIA REGIONAL DE LICITAÇÕES

#### AVISO DE ADIAMENTO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8/2016 - UASG 195015

Nº Processo: 59580.000319/2016-70.

Comunicamos o adiamento da licitação supracitada publicada no DOU de 29/09/2016. OBJETO: Registro de preços para eventual fornecimento de cartuchos, toners (modelos diversos) e suprimentos de impressão para a 8ª Superintendência Regional da CODEVASF. Total de itens licitados 0034. Edital: 03/10/2016 das 08h às 12h e das 13h30 às 17h30. Endereço: Avenida Alexandre de Moura, nº 25, Bairro Centro, CEP: 65.025-470, São Luís - MA. Entrega das propostas a partir do dia 03/10/2016 no site [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br). Abertura das propostas no dia 18/10/2016 às 09h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). Informações Gerais: O edital completo encontra-se disponível nos sites [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) e [www.codevasf.gov.br](http://www.codevasf.gov.br).

JOÃO FRANCISCO JONES FORTES BRAGA  
Superintendente

### 2ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

#### EXTRATO DE APOSTILAMENTO

PROCESSO: nº 59520.001394/2014-09, 1º Apostilamento do Termo de Doação 2.037.00/2013, DONATÁRIA: ASSOCIAÇÃO DOS ASSSENTADOS DO PROJETO SANTA TEREZINHA; CNPJ/MF nº 03477026/0001-13, objeto: correção do valor e nº de tombamento passando o valor para R\$90.229,00 e tombamento para 2198329

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032016093000088

### EXTRATO DE INTERRUPÇÃO

PROCESSO: 59520.000797/2014-22  
ESPÉCIE: Contrato nº 2.126.00/2014. Contratada: CONSTRUTORA MARFIM LTDA; CNPJ/MF nº 05618315/0001-10; Objeto: obras e serviços para Construção de Sistema de abastecimento de Água na Zona Rural do Município de Paramirim, âmbito da 2ª Superintendência Regional da CODEVASF, no Estado da Bahia. Autoriza de acordo com parágrafo único do art. 8º e art. 26 da Lei nº 8.666/93, a interrupção do contrato nº 2.126.00/2014, a partir de 23/08/16  
DATA: 06.09.2016

### 3ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

#### RESULTADO DE JULGAMENTO TOMADA DE PREÇOS Nº 8/2016

A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF, através da sua 3ª Superintendência Regional em Petrolina - PE, comunica aos interessados que a vencedora da licitação referente à Tomada de Preços Nº 008/2016 foi a empresa EMAJO EMPREENDIMENTOS LTDA - EPP, CNPJ 04.209.889/0001-72, com o valor global de R\$ 213.704,69 (duzentos e treze mil, setecentos e quatro reais e sessenta e nove centavos).

AURIVALTER CORDEIRO PEREIRA DA SILVA  
Superintendente

### 4ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

#### AVISO DE RETIFICAÇÃO

No DOU, Seção 3, Nº 186 de 27/09/2016, Página nº 108. Onde se lê: Contratada: ALÊ Empreendimentos e Locações Ltda-EPP-CNPJ: 09.522.594/0001-75. Leia-se: Contratada: ALÊ Empreendimentos e Locações Ltda-EPP- CNPJ: 20.556.720/0001-45

CESAR FONSECA MANDARINO  
Superintendente

### 7ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

#### EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE OFÍCIO

PROCESSO: 59570.001055/2006-19.  
ESPÉCIE: Termo Aditivo ao Convênio Nº 7.93.06.0151/00 firmado entre a CODEVASF - CNPJ: 00.399.857/0001-26 e o Município de Eliseu Martins, CNPJ: 06.554.059/0001-08. OBJETO: Prorrogar o prazo do convênio por mais 180 dias. TERMO ADITIVO: 7.93.06.0151/20. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 43, VI da Portaria Interministerial 507/2011. DATA DE ASSINATURA: 27/09/2016.

### DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS

#### EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 4/2016 - UASG 193001

Número do Contrato: 5/2013.  
Nº Processo: 59401000737201385.  
CONCORRÊNCIA SISPP Nº 1/2013. Contratante: DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS - CONTRA AS SECAS. CNPJ Contratado: 04486161000198. Contratado: COHISO CONSTRUÇÕES HIDROGEOLOGIA ESONDAGEM EIRELI - EP. Objeto: Trata o presente T. Aditivo da prorrogação do Contrato 05/2013CEST/PI/TEC/SRH/DNOCs por mais 180 dias a contar de 01/09/2016. Fundamento Legal: Inciso II do Parágrafo I do artigo 57 da Lei 8.666/93. Vigência: 01/09/2016 a 01/03/2017. Data de Assinatura: 01/09/2016.

(SICON - 29/09/2016) 193001-11203-2016NE800052

### COORDENADORIA ESTADUAL NA PARAÍBA

#### EXTRATO DE CONTRATO Nº 8/2016 - UASG 193005

Nº Processo: 59412000219201685.  
PREGÃO SISPP Nº 5/2016. Contratante: DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS - CONTRA AS SECAS. CNPJ Contratado: 33000118000179. Contratado: TELEMAR NORTE LESTE S/A. - EM - RECUPERAÇÃO JUDICIAL. Objeto: Contratação de serviços de telefonia fixa comutada-STFC e fornecimento de internet em ADSL para as Unidades Administrativas vinculadas à Coordenadoria Estadual do DNOCs na Paraíba. Fundamento Legal: Lei 8.666/93. Vigência: 03/10/2016 a 02/10/2017. Valor Total: R\$87.754,08. Fonte: 100000000 - 2016NE800225. Data de Assinatura: 29/09/2016.

(SICON - 29/09/2016) 193002-11203-2016NE800052

### SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

#### EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 822300/2015; Processo nº 59553.600113/2015-91. Convenientes: A União, pelo Ministério da Integração Nacional, CNPJ: 03.353.358/0001-96, por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento Regional e o Município de São Gonçalo do Amarante/CE,

CNPJ/MF nº 07.533.656/0001-19. Objeto: A retificação da CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO, do Termo de Convênio nº 822300/2015, que passa a vigorar com a seguinte redação: CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO. O presente Convênio tem por objeto a "Pavimentação do Trecho 2 da estrada que liga a Localidade de Cágado para a CE-162, no Município de São Gonçalo do Amarante - CE", no Estado do Ceará, conforme detalhado no Plano de Trabalho. Data e Assinaturas: 28/9/2016, Marlon Carvalho Cambráia - Secretário, CPF nº 300.013.663-00 - Francisco Cláudio Pinto Pinho - Prefeito, CPF nº 260.223.893-72.

### SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA

#### EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 16/2016 - UASG 530001

Número do Contrato: 00032/2007, subrogado pela UASG: 530001 - MIN - DEPARTAMENTO DE GESTÃO INTERNA.

Nº Processo: 59100000234200837.

CONCORRÊNCIA SISPP Nº 1/2007. Contratante: MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL-CNPJ Contratado: 00507946000149. Contratado: TECHNE ENGENHEIROS CONSULTORES -LTD.A. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 32/2007-MI. Fundamento Legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Vigência: 03/10/2016 a 28/02/2017. Data de Assinatura: 29/09/2016.

(SICON - 29/09/2016) 530001-00001-2016NE800081

#### EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2016 - UASG 530013

Número do Contrato: 81/2014.

Nº Processo: 59100000897201319.

RDC ELETRÔNICO Nº 5/2014. Contratante: MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL-CNPJ Contratado: 22440929000174. Contratado: ENERG POWER LTDA -Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 81/2014-MI. Fundamento Legal: Lei nº 12.462, de 05 de agosto de 2011. Vigência: 30/09/2016 a 30/12/2016. Data de Assinatura: 29/09/2016.

(SICON - 29/09/2016) 530001-00001-2016NE800081

### SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

#### EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do instrumento registrado no SIAFI sob o número 674245 firmado entre a União, por meio do Ministério da Integração Nacional, CNPJ 03.353.358/0001-96, e o Município de Teófilo Otoni - MG, CNPJ 18.404.780/0001-09, conforme instrução do processo nº 59050.000032/2013-95, até 30/09/2017.

### SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

#### EXTRATO DE CONTRATO Nº 6/2016 - UASG 533014

Nº Processo: 59335000167201615.

PREGÃO SISPP Nº 6/2016. Contratante: SUPERINTENDENCIA DO -DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - SUDEN. CNPJ Contratado: 07832586000108. Contratado: DF TURISMO E EVENTOS LTDA - ME -Objeto: Contratação dos serviços de organização de eventos e correlatos. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/1993. Vigência: 20/09/2016 a 20/09/2016. Valor Total: R\$870.600,00. Fonte: 250532030 - 2016NE800358. Data de Assinatura: 20/09/2016.

(SICON - 29/09/2016) 533014-53203-2016NE800002

#### EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 3/2016 - UASG 533014

Número do Contrato: 10/2013.

Nº Processo: 59335000516201348.

PREGÃO SISPP Nº 10/2013. Contratante: SUPERINTENDENCIA DO -DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - SUDEN. CNPJ Contratado: 05556967000178. Contratado: ART-JET COMERCIO E SERVICOS DE -INFORMATICA LTDA - ME. Objeto: Prorrogação da vigência do contrato. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/1993. Vigência: 29/11/2016 a 29/11/2017. Data de Assinatura: 29/09/2016.

(SICON - 29/09/2016) 533014-53203-2016NE800002

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.